



Plano de Promoção Socioeconômica

Para as Áreas Protegidas do
Rondônia-Acre



**Conexsus e
IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas
apresentam**

**Planos de Promoção
Socioeconômica**
para as Áreas Protegidas
do Rondônia-Acre - Volume 5

Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

**Nazaré Paulista / SP
2021**

Autores
Conexus - Instituto Conexões Sustentáveis

Pedro Frizo
André Ramos
Monika Roper
Carina Pimenta

IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Fabiana Prado
Neluce Soares

Colaboradora

Nailza Porto

Coordenação Editorial

Carla Gullo e Rita Gullo

Projeto Gráfico e Diagramação

Circular Comunicação

Revisão Ortográfica

Nicole Guim de Oliveira

Ilustração

Shirley Felts

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Planos de promoção socioeconômica [livro eletrônico] : para as áreas protegidas do Rondônia-Acre / Pedro Frizo ... [et al.]. -- 1. ed. -- Nazaré Paulsita : IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2021. --

(Planos de promoção socioeconômica ; 5)

Outros autores : André Ramos, Monika Roper, Carina Pimenta, Fabiana Prado, Neluce Soares.

ISBN 978-65-990361-3-2

1. Amazônia - Aspectos ambientais 2. Bioeconomia

3. Conservação da natureza - Amazônia 4. Economia 5. Sustentabilidade ambiental I. Ramos, André. II. Roper, Monika. III. Pimenta, Carina. IV. Prado, Fabiana. V. Soares, Neluce.

21-72025

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade ambiental : Ecologia 304.2 Aline Grazielle Benitez -

Bibliotecária - CRB-1/3129

Esta publicação é fruto da parceria constituída entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológica e Conexus - Instituto Conexões Sustentáveis, no âmbito do Projeto LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica com o apoio financeiro do Fundo Amazônia/BNDES e da Fundação Gordon e Betty Moore.

Índice

04



Apresentação

07



Contextualização

09



**A metodologia da
construção dos planos
e o Desafio Conexsus**

12



**Diretrizes e ações
estruturantes**

18



Bloco Rondônia-Acre

27



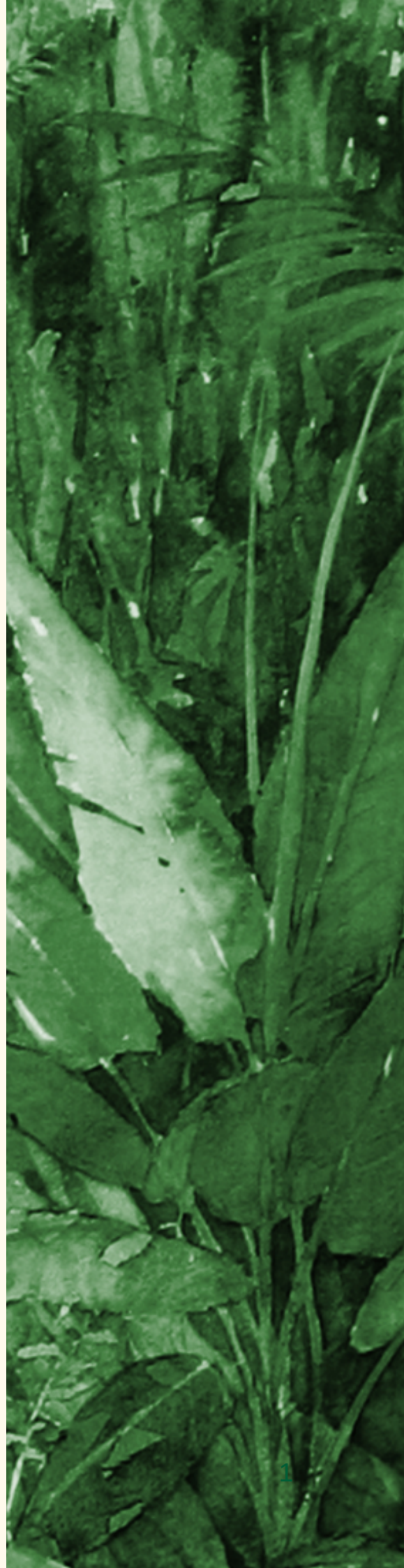
**Recomendações
específicas para o
bloco**

32



Lista de siglas

Apresentação





Este documento é fruto da parceria entre o IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas e o Conexsus - Instituto Conexões Sustentáveis, para elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica que consiste em identificar as principais variáveis-chave de análise do potencial de desenvolvimento socioeconômico e indicar diretrizes e ações estratégicas para a consolidação e crescimento de Negócios Comunitários Sustentáveis (NCS) das áreas protegidas abrangidas pelo Projeto LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica.

Entende-se que NCS representam a convergência dos objetivos de conservação ecológica e de desenvolvimento socioeconômico nas áreas protegidas para gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios.

Este plano será utilizado para orientar e potencializar as ações do projeto LIRA, por meio:

1.

do apoio financeiro a atividades produtivas de uso sustentável da floresta junto às comunidades indígenas e extrativistas - criando alternativas que gerem renda, ampliem a segurança alimentar, contribuam para a redução da pobreza e do desmatamento.

2.

do protagonismo das organizações locais de base comunitária, ampliando arranjos de governança locais dos grupos sociais em vulnerabilidade social na proteção de seus territórios - formando e desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais com intercâmbio de saberes.

3.

do engajamento dos diversos atores e elos das cadeias produtivas apoiadas, visando assegurar a viabilidade econômica para as alternativas produtivas fomentadas.

4.

da efetivação de instrumentos de gestão de áreas protegidas com participação social de forma inclusiva e integrativa.

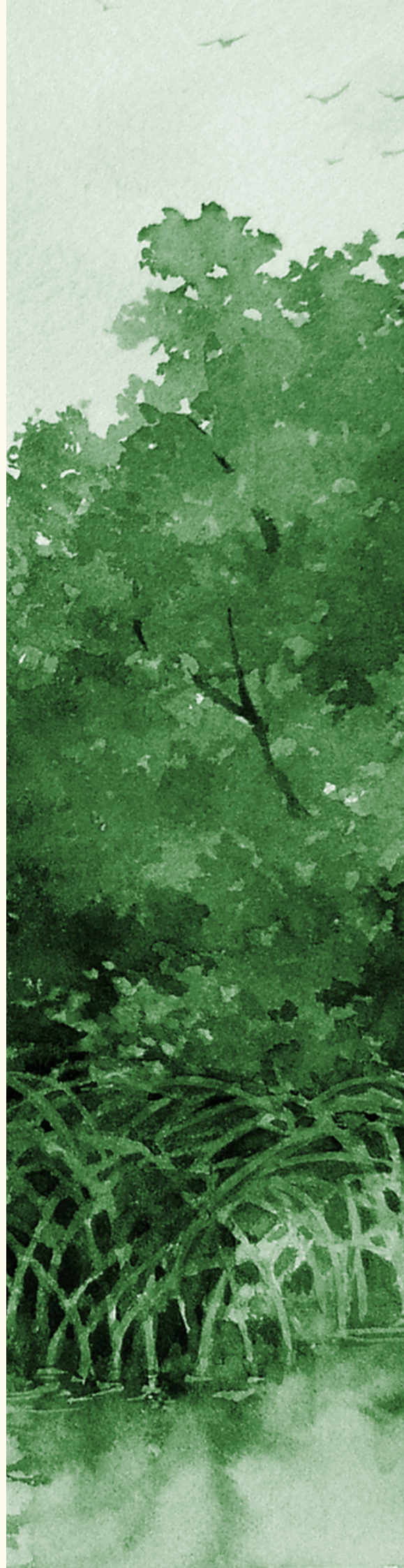
Contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



O Plano de Promoção Socioeconômica também contribui para agenda mundial pautada nos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para os próximos dez anos. As diretrizes e ações estratégicas nele contidas atendem metas vinculadas aos respectivos objetivos:

1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 5. Igualdade de Gênero; 9. Indústria, Inovação e Infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 15. Vida Terrestre; 17. Parcerias e meios de implementação.

Contextualização



LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica

A criação e a manutenção de áreas protegidas (unidades de conservação e terras indígenas) da Amazônia contribuem para a redução do desmatamento e para manter o equilíbrio climático, entre outros benefícios. No entanto, essas áreas vêm enfrentando dificuldades relacionadas à sua estruturação, gestão e implementação de ações de regularização fundiária e de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Essa situação agrava conflitos sociais e leva à degradação florestal, deixando vulnerável a floresta, a biodiversidade e os povos tradicionais que ali habitam.

Nesse contexto, nasceu o LIRA - Legado Integrado da Região Amazônica. Trata-se de um projeto concebido para aumentar a efetividade da gestão dessas áreas até 2023. Sua missão é facilitar a articulação dos múltiplos atores da região, promovendo a gestão integrada com as organizações da sociedade civil, associações indígenas, comunidades locais, setor econômico e governos.

O território do projeto é de aproximadamente 80 milhões de hectares, que abrangem 86 áreas protegidas, sendo 43 Terras Indígenas e 43 Unidades de Conservação, agrupadas em seis blocos territoriais: Alto Rio Negro, Baixo Rio Negro, Norte do Pará, Xingu, Madeira-Purus e Rondônia-Acre.

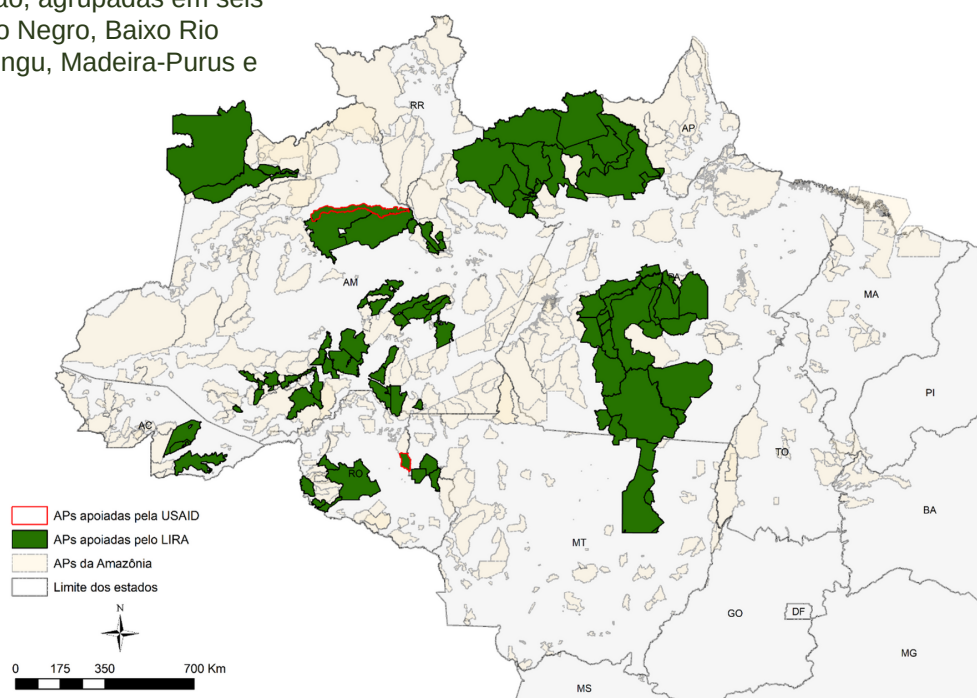
Conexsus

O Instituto Conexões Sustentáveis - Conexsus é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que atua para ativar o ecossistema de negócios comunitários de impacto socioambiental, ampliando sua contribuição para a geração de renda no campo e para a conservação de florestas e biomas. Seu objetivo é fortalecer as iniciativas que mantêm a resiliência territorial e climática a partir do desenvolvimento de negócios sustentáveis no Brasil, com foco na agenda climática global e nos ODS da ONU.

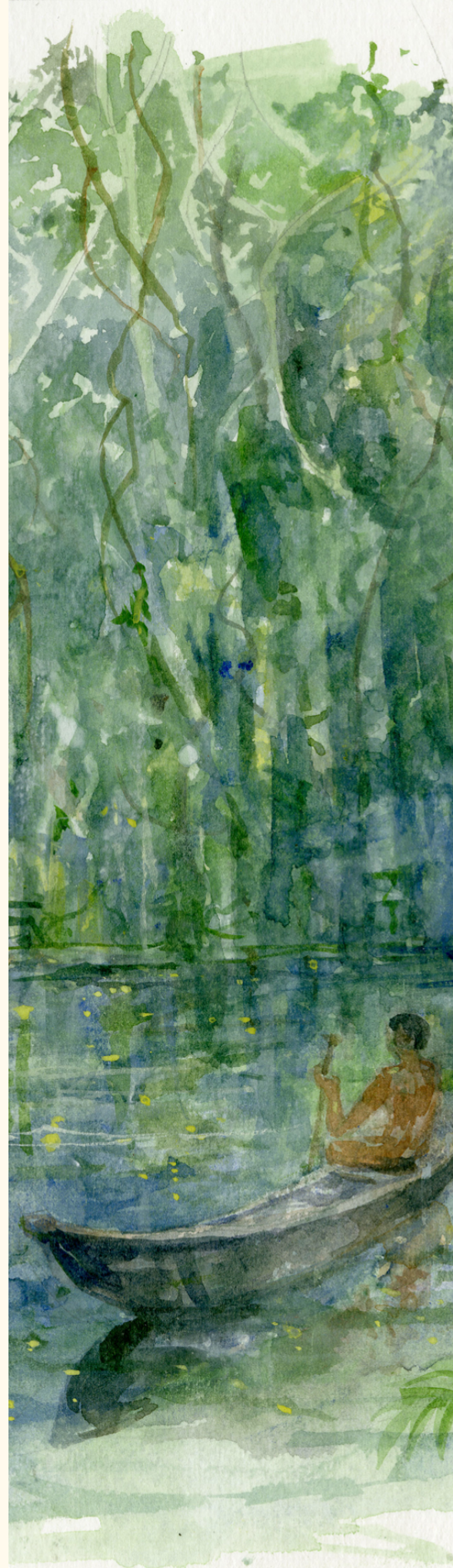
LIRA + Desafio Conexsus

A parceria do LIRA com o Instituto Conexões Sustentáveis (Conexsus) foi criada para identificar as principais oportunidades e obstáculos para inserção econômica das populações locais na economia regional. O objetivo é assegurar a ampliação das atividades produtivas sustentáveis, em especial o fortalecimento das organizações socioprodutivas (cooperativas e associações de produtores) das áreas protegidas.

Os Planos de Promoção Socioeconômicos (PPSE) são produto dessa parceria e foram elaborados para os seis blocos territoriais do LIRA.



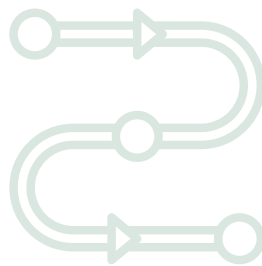
A metodologia de construção dos planos e o Desafio Conexsus



A construção dos Planos de Promoção Socioeconômica esteve relacionada ao desenvolvimento do programa Desafio Conexsus, que permitiu identificar as principais variáveis do potencial de desenvolvimento socioeconômico das áreas protegidas abrangidas pelo LIRA. O programa buscou testar e validar um conjunto de soluções pré-concebidas para ativação do ecossistema de negócios comunitários de impacto, por meio de iniciativas de aceleração, modelagem, acesso a mercados e a recursos financeiros.

Objetivo Central

Elaborar propostas de ações estratégicas para a consolidação e crescimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas na Amazônia



gerar renda e qualidade de vida para as populações que residem dentro e no entorno desses territórios

Etapas do Desafio Conexsus

Mapeamento

+ de 1000
cooperativas e associações de base comunitária em todos os biomas brasileiros mapeadas

Oficinas regionais

200
organizações participaram de oficinas regionais, em 2018

Ciclo de desenvolvimento

70
organizações foram selecionadas para participarem do Ciclo de Desenvolvimento

Laboratório de modelagem

35
participaram do Laboratório de Modelagem
9 inseridas nas APs contempladas pelo LIRA
+17 organizações inseridas nas UCs ou TIs do LIRA.

A presença nos territórios prioritários do LIRA foi uma das premissas no processo de seleção de organizações participantes do Laboratório de Modelagem. Ao todo, entre organizações mapeadas, entrevistadas e participantes das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus, em 2018, e das oficinas do Laboratório de Modelagem, em 2019, foram coletados dados e informações de 52 cooperativas e associações inseridas nas áreas protegidas do LIRA, permitindo a consolidação de uma amostra significativa para a elaboração do Plano de Promoção Socioeconômica.

52 organizações

9 participaram do Laboratório de Modelagem



Para estes negócios foi aplicada a metodologia “Trilhas do Desenvolvimento” que permite um diagnóstico completo de mais de 70 indicadores em maturidade organizacional, potencial de negócio e contribuição socioambiental.

17 participaram das oficinas regionais preparatórias do Desafio Conexsus em 2018



Foi feito um levantamento de dados gerais sobre gestão, comercialização e contribuição socioambiental, com um nível de detalhamento mais profundo do que os dados secundários dispostos no cadastro junto à plataforma do Desafio.

26 foram cadastradas na plataforma de dados do Desafio Conexsus



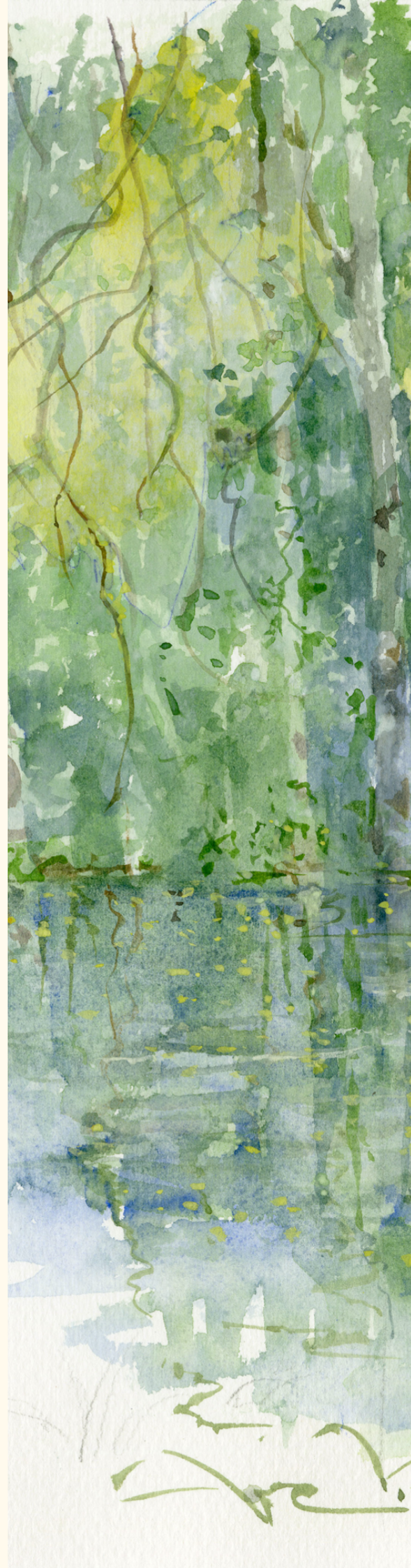
Foram levantadas informações autodeclaradas sobre as organizações a respeito de itens como faturamento, grupo social, origem da matéria-prima, modos de produção, participação feminina e jovem entre outras informações exploratórias.

Além do método diretamente associado às cooperativas e associações, as visitas de campo contaram com entrevistas a atores chave de cada ecossistema, tais como representantes do Estado (secretarias, órgãos de assistência técnica, entre outros), lideranças comunitárias, técnicos de instituições de apoio e pesquisadores.

Tudo isso permitiu uma leitura mais abrangente sobre o ambiente regulatório e sobre o funcionamento das cadeias de valor.

Cada bloco apresenta, ao final, uma análise FOFA - Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças para a promoção socioeconômica.

Diretrizes e ações estruturantes



A experiência do Desafio Conexsus permitiu identificar variáveis chaves para a promoção socioeconômica em unidades de conservação e terras indígenas, a partir das oficinas, leitura dos dados relacionados à maturidade organizacional das cooperativas e associações mapeadas, das análises sobre o posicionamento destes negócios em suas respectivas cadeias de valor e o ambiente regulatório ao qual estão submetidas.

Cada bloco de área protegida apresenta a sua especificidade histórica, ecossistêmica e institucional, mas foi possível traçar um conjunto de recomendações que se aplicam a todos os blocos por existirem desafios em comum entre diferentes regiões, resultantes de um processo comum e geral de formação histórica e institucional sobre a governança e gestão das áreas protegidas, sobre programas e políticas públicas de fomento à produção agrícola e extrativista, à promoção da educação pública e gratuita e à subvenção econômica de cooperativas e associações.

A seguir, será apresentado um conjunto de ações estruturantes para o fomento e sustentabilidade econômico-financeira de negócios comunitários de impacto nas áreas protegidas, contendo as recomendações traçadas e os atores sociais aos quais a recomendação é direcionada. Neste caso, é importante observar que diferentes atores sociais possuem papéis-chave na ativação do ecossistema de negócios comunitários em áreas protegidas, demonstrando que o processo de ativação não depende, exclusivamente, de um fomento direcionado unicamente a cooperativas e associações.

Tema:

Conselhos de desenvolvimento

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) somente será totalmente eficaz a partir de uma harmonização maior entre o conjunto de alimentos pedidos nas chamadas públicas e o conjunto de produtos alimentícios ofertados pelas organizações comunitárias, em especial aquelas localizadas nas áreas protegidas. Neste sentido, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs) tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre lideranças, gestores, professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública de ensino em torno de chamadas mais inclusivas à realidade produtiva das organizações comunitárias locais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Municípios: Implementador de política pública

Qualquer estratégia local de desenvolvimento rural deve ser construída de maneira participativa e representativa, incluindo lideranças e atores estratégicos de organizações de base comunitária na elaboração dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural. Para tanto, é essencial que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e apoiadores para pensar em estratégias de advocacia junto aos governos municipais para que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs) tenham estrutura e recursos para funcionar enquanto espaços de reivindicação popular de ações e projetos específicos ao setor extrativista e da agricultura familiar.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Município: Implementador de política pública

Tema:

Negócios comunitários (modelagem, planejamento e capacitação)

É necessário que instituições de apoio desenvolvam um conjunto de ações contínuas de aprimoramento dos modelos de negócio das organizações de base comunitária, a fim de tornar os processos internos de tomada de decisão mais eficientes, consolidar processos de gestão produtiva adequados ao conjunto de normas técnicas e critérios de escolha do mercado vislumbrado – seja ele público ou privado –, mensuração e cálculo dos custos fixos e variáveis e mapeamento e definição de equipe e recursos-chave para operar. Isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas por consultoria especializada, para uso dos associados e cooperados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Para o desenvolvimento de negócios comunitários é de fundamental importância a elaboração de um plano estratégico ou de negócios, construído de forma participativa e dinâmica, regularmente revisado e atualizado, com objetivos, estratégias, ações, metas e definição dos mecanismos de acesso à crédito, incluindo administração dos recursos e devolução dos valores até as datas pactuadas. Isso facilita o diálogo com os agentes financeiros e dá mais segurança aos associados do negócio comunitário em suas estratégias produtivas, comerciais e de acesso ao crédito rural.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Mediante a compartilhada dificuldade de acesso à informação sobre normas fitossanitárias, é importante que sejam fomentadas ações de capacitação em boas práticas de coleta, extração, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade, em especial através de cursos, manuais e tecnologias digitais, os quais podem ser importantes instrumentos de apoio para aprimorar o volume e modos de comercialização. Essas ações podem ser fomentadas por múltiplos atores, desde as organizações comunitárias até as próprias empresas que comprem os produtos dessas organizações.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de política pública

Tema: **Arranjos comerciais**

Tendo em vista que, em muitos casos, há uma presença de grande número de intermediários nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, é essencial que sejam discutidos e implementados mecanismos para aproximar as organizações comunitárias de seus compradores/consumidores finais, a fim de aumentar o valor agregado territorialmente. Neste sentido, é essencial fomentar redes de ativação de comércio justo e a criação de novos arranjos comerciais.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Estado: Implementador de políticas públicas

A fim de aumentar a participação dos produtos de organizações de base comunitárias nas economias regionais é preciso que haja a criação de alianças comerciais entre diferentes organizações comunitárias, inclusive com organizações de fora das áreas protegidas, de uma mesma região. O objetivo dessas alianças é possibilitar que, juntas, elas tenham produtos em quantidade e qualidade e consigam estabelecer processos logísticos de armazenagem e entrega eficientes que as qualifique para atender a demanda gerada pelas chamadas públicas e pelos diferentes mercados privados.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Empresas compradoras: Desenvolvedor de cadeias

Municípios: Implementador de política pública

Estado: Implementador de políticas públicas

Tema: **Licenciamento da atividade produtiva**

Governos federal e estadual, em diálogo com as organizações comunitárias e instituições de apoio devem elaborar um plano de trabalho para simplificar o processo de licenciamento ambiental de atividades extrativistas e da agricultura familiar de organizações comunitárias situadas nas áreas protegidas, levando em consideração o que os planos de manejo ou Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) já dispõem sobre a regulamentação do manejo e de atividades agrícolas nesses territórios.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estados: Implementador de políticas públicas

Governo Federal: Implementador de políticas públicas

Tema:

Acesso a crédito e recursos não reembolsáveis

É preciso estabelecer estratégias continuadas de educação financeira e educação para crédito rural para que elas tenham condições de acessar linhas de crédito adequadas às suas necessidades de capital de giro, investimento e agregação de valor, dados os contextos ambiental, econômico e social em que estão inseridas. O envolvimento dos agentes financeiros também serve ao objetivo de evidenciar entraves burocráticos que estão impedindo o acesso à determinadas linhas do crédito rural e possibilitar a co-criação entre agentes financeiros, organizações comunitárias e instituições de apoio de soluções processuais para facilitar o acesso à crédito por negócios comunitários.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Entre as diferentes linhas de crédito disponíveis para extrativistas e agricultores familiares recomenda-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como a fonte mais estável, com o menor custo, a maior oferta e de mais fácil acesso. Na preparação das organizações comunitárias para acessar o PRONAF deve-se estar atento para elementos como regularização da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e oferta de garantias para o agente financeiro;

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Para uma organização comunitária acessar crédito rural é preciso criar uma conta domicílio (conta corrente) em agências de bancos ou de cooperativas de crédito. Recomenda-se uma análise prévia por parte das organizações comunitárias e instituições de apoio sobre qual é a agência (física) mais estratégica em termos de criação e manutenção de um relacionamento duradouro, considerando a localização, o perfil do gerente e o nível de inadimplência de cada uma delas, pois níveis muito elevados de inadimplência podem impossibilitar uma agência de conceder mais créditos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

A fim de alavancar os processos de capitalização entre as organizações comunitárias, é essencial que instituições de apoio, agentes financeiros e empresas compradoras promovam mecanismos híbridos de financiamento, nos quais, idealmente, recursos não-reembolsáveis possam ser utilizados para facilitar/garantir a aquisição de créditos em volume maior do que o usual, aumentando o nível de recursos à disposição das organizações para investimento, custeio e comercialização. Finalmente, para organizações que ainda não possuem capacidade institucional para acessar crédito rural em agentes financeiros oficiais, os recursos não reembolsáveis podem ser usados para viabilizar a operação do negócio (recursos para investimento, custeio e comercialização), desde que seja elaborado um plano de negócios que preveja a gradual independência financeira dos negócios em relação a recursos não reembolsáveis, diminuindo o risco de paralisação do negócio em momentos de interrupção da captação desses recursos.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Agentes financeiros: Publicidade de informações

Empresas compradoras: desenvolvedor de cadeia

Tema:

Apoio contábil / jurídico

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio executem projetos de assessoria técnica / jurídica às associações e cooperativas de agricultura familiar para fomento e regularização da DAP para pessoas jurídicas, a fim de incrementar o número de organizações de base comunitária aptas a participarem de chamadas públicas para compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, especialmente o PNAE e o PAA, bem como para que essas organizações possam acessar determinadas linhas de crédito do PRONAF que exigem “DAP Jurídica”.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

É imprescindível que organizações comunitárias e instituições de apoio criem mecanismos para oferecer serviços de assessoria contábil às organizações de base comunitária, especializados em associativismo e cooperativismo, capazes de apoiar essas organizações em seus processos de definição de personalidade jurídica (associação ou cooperativa), contratação de pessoal e pagamento de impostos e, assim, evitar a existência de qualquer pendência junto às Secretarias da Fazenda e Receita Federal que possa inviabilizar a contração de crédito e comercialização via compras públicas.

Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

No plano fiscal, é fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio elaborem e apresentem aos governos estaduais estudos e pareceres sobre a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos produtos da sociobiodiversidade, principalmente para as modalidades que já sofreram algum tipo de beneficiamento – e.g., óleos e manteigas –, uma vez que estas ainda apresentam alíquotas extremamente altas e comparáveis a produtos que não são da base rural sustentável, reduzindo sua competitividade econômica.

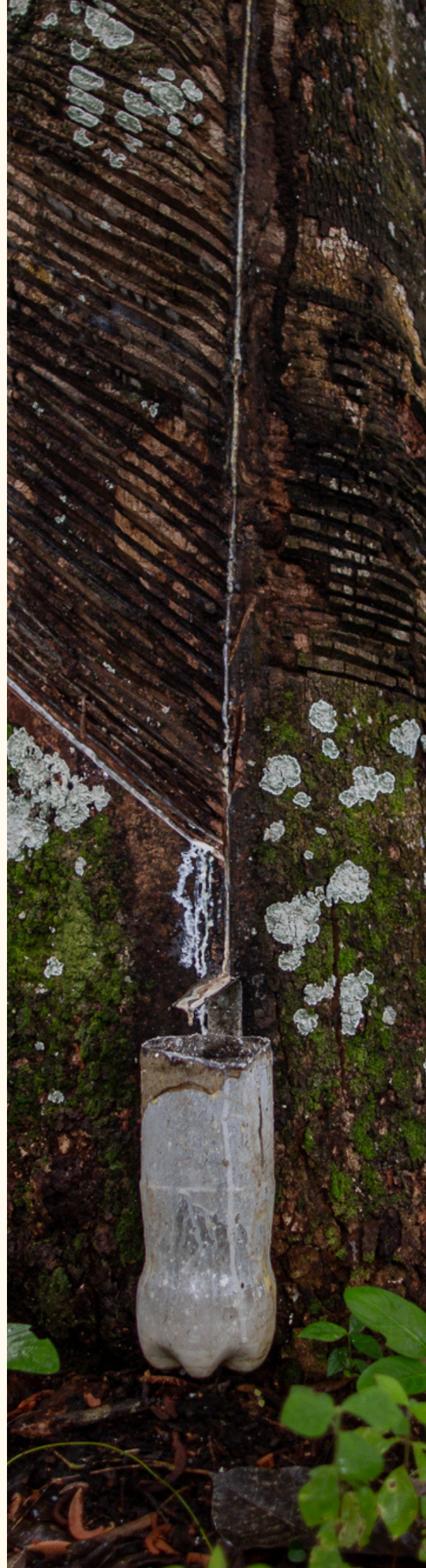
Papel dos atores envolvidos

Organizações comunitárias: Público-alvo

Instituições de Apoio: Facilitador

Estado: Implementador de políticas públicas

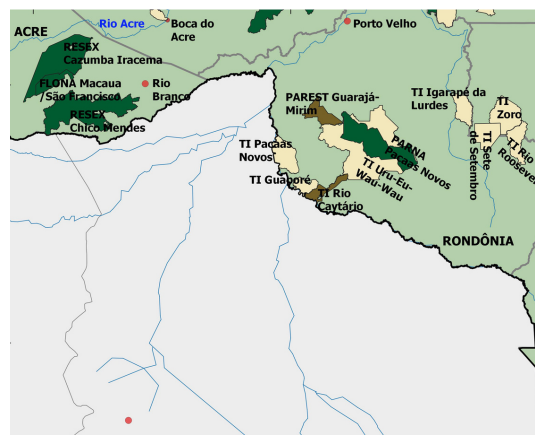
Bloco Rondônia-Acre



O território e suas Áreas Protegidas

14 ÁREAS PROTEGIDAS

- 7 Terras Indígenas (TIs): TI Uru-Eu-Wau-Wau (1.867.000 hectares), TI Pacaás Novas (280.000 hectares), TI Rio Guaporé (116.000 hectares), TI Igarapé Lourdes (186.000 hectares), TI Sete de Setembro (248.000 hectares), TI Zoró (356.000 hectares), TI Roosevelt (231.000 hectares);
- 2 Reservas Extrativistas (RESEX) federais: RESEX Cazumbá-Iracema (750.795 hectares), RESEX Chico Mendes (970.570 hectares)
- 1 Reserva Extrativista (RESEX) estadual: RESEX do Rio Cautário (146.400 hectares);
- 2 Florestas Nacionais (FLONA): FLONA Macauã (176.349 hectares) e FLONA São Francisco (21.600 hectares);
- 1 Parque Nacional (PARNA): Parna Pacaás Novos (764.801 hectares);
- 1 Parque Estadual (PAREST): PAREST Guajará-Mirim (216.568 hectares).



*Este estudo considera associações e cooperativas das áreas protegidas e do entorno dessas áreas

Juntas, as unidades de conservação somam 3.047.083 hectares, ou 2,4% do tamanho total das unidades de conservação na Amazônia Legal [1]. Ao mesmo tempo, as áreas indígenas do bloco somam 3.284.000 hectares, cerca de 3% do tamanho total das terras indígenas demarcadas na Amazônia Legal [2]. O bloco está situado em 2 estados: Acre e Rondônia.

Percebe-se uma divisão entre os tipos de APs em cada um dos estados do bloco. No Acre predominam as UCs de uso sustentável (100% das APs do Acre). Em Rondônia, predominam as TIs, um tipo de Área Protegida em que também é permitido o uso econômico sustentável dos recursos naturais.

[1] <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados>

[2] https://piib.socioambiental.org/pt/Localiza%C3%A7%C3%A3o_e_extens%C3%A3o_das_TIs



Acre

2 RESEXs federais (Cazumbá-Iracema e Chico Mendes) 2 FLONAS (Macauã e São Francisco)

Todas essas Unidades de Conservação (UCs) são de uso sustentável.



Rondônia

1 UC de uso sustentável (RESEX Estadual do Rio Cautário), 2 UCs de proteção integral (PARNA Pacaás Novos e PAREST Guajará-Mirim)
7 Terras indígenas do bloco territorial.

Nos Parques Nacionais a única atividade econômica permitida é o turismo ecológico, porém isso ainda não acontece com regularidade no PARNA e no PAREST acima mencionados.

áreas protegidas onde se pode desenvolver atividades produtivas sustentáveis

- 5 UCs de uso sustentável (4 delas no Acre e 1 delas em Rondônia)
- 7 TIs (todas em Rondônia)

Ecosistema das organizações

No Desafio Conexsus foi possível mapear e dialogar com organizações chave dentro do ecossistema de organizações comunitárias das Áreas Protegidas do território Rondônia - Acre.

ORGANIZAÇÕES	FAIXA DE FATURAMENTO ANUAL (2017)	ORIGEM DA MATÉRIA PRIMA	ABRANGÊNCIA DE MERCADO	NÍVEL DE BENEFICIAMENTO
AGUAPÉ	Até 120 mil	UCs	Estadual	In natura
AMOPREAB	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
AMOPREMA	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
AMOPREX	Até 120 mil	UCs	Internacional	In natura
ASAEX	Até 120 mil	UCs	Não acessa	In natura
ASROP	Até 120 mil	UCs	Municipal	In natura
ASSC	De 121 a 600 mil	UCs	Nacional	In natura
Doá Txatô	Até 120 mil	Terra indígena	Estadual	In natura
Karo PajGap	Até 120 mil	Terra indígena	Estadual	In natura
Zavidjaj Djiguhr (ASSIZA)	De 121 a 600 mil	Terra indígena	Estadual	In natura
Cazumbá	Até 120 mil	UCs	Municipal	Minimamente
COOPER FLORESTA	De 121 a 600 mil	Misto	Estadual	In natura

(Fonte: Desafio Conexsus, 2018)

Dentro desse grupo existem algumas organizações comunitárias que representam produtores rurais e extrativistas que acessam os recursos naturais das 3 RESEXs e das 2 FLONAS do território. AMOPREAB, AMOPREMA E AMOPREX, são associações que representam os moradores, extrativistas e produtores da RESEX Chico Mendes nas cidades de Assis Brasil, Sena Madureira e Xapurí. Além disso, a COOPERFLORESTA, fundada em 2005, também funciona na RESEX Chico Mendes. Essa cooperativa trabalha com manejo florestal em UCs de uso sustentável da região. Dentro da RESEX Cazumbá-Iracema também existem associações de extrativistas como, por exemplo, a Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá (ASSC). Dentro do estado de Rondônia, a AGUAPÉ representa extrativistas da RESEX Estadual do Rio Cautário. Além disso, 2 associações indígenas Karo PajGap e Zavidjaj Djiguhr, representam os povos habitantes da TI Igarapé Lourdes. A Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macaúã e da Área de Entorno (ASSEXMA), não foi mapeada pelo Desafio Conexsus, mas tem uma atuação relevante no território.

A amostra de organizações analisadas no presente capítulo é bastante representativa dos diferentes perfis de organizações comunitárias atuantes no território.

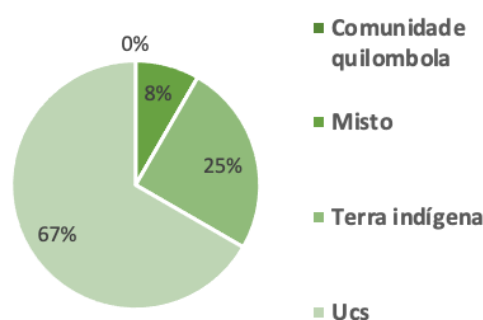


Fig. 1: Origem da matéria-prima no Rondônia-Acre
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Ampla diversidade social

As organizações comunitárias seguem, em termos de formação social, a mesma diversidade que marca o ordenamento territorial nos estados de Rondônia e Acre. Entre os negócios comunitários sustentáveis mapeados, 67% são formados por extrativistas em UCs, 25% por grupos indígenas e 8% por participação mútua dos dois grupos.

Outros membros do ecossistema

O mapeamento do DESAFIO CONEXSUS identificou as seguintes instituições de apoio, públicas e privada, que estão no território Rondônia - Acre, promovendo as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e fortalecendo os Negócios Comunitários Sustentáveis (NCSs) dentro das APs.

NACIONAIS

Instituições públicas

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

SEMA-AC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre

IFAC – Instituto federal do Acre

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Prefeitura de Sena Madureira

SEDAM-RO – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia

EMATER-RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

Secretarias Municipais de Agricultura de Costa Marques, Guajará-Mirim e Alta Floresta D'Oeste (RO)

Terceiro setor

Pacto das Águas

WWF Brasil

IMAFLORA – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola

IPÊ- Insituto de Pesquisas Ecológicas

Kanindé – Associação de Defesa Etnoambiental

COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas

FSC – Forest Stewardship Council

COPERACRE – Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre

COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários

INTERNACIONAIS

Instituições públicas

GIZ – Agência Alemã de Cooperação Internacional

Assim, a rede de instituições de apoio do bloco territorial Rondônia-Acre possui presença expressiva das instituições públicas, tanto no estado do Acre como em Rondônia. Isso indica que os negócios comunitários sustentáveis dentro de Áreas Protegidas nestes estados consideram essas instituições públicas como parceiras. Enquanto responsáveis legais em nível federal ICMBio e FUNAI possuem atuação muito relevante para todas as APs do território.

Em nível estadual, no Acre, destacam-se as atuações da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-AC), do SEBRAE-AC e do Instituto Federal do Acre (IFAC). A atuação da SEMA-AC é bastante abrangente, principalmente se considerarmos que o estado do Acre é reconhecido por suas políticas de desenvolvimento sustentável, sendo a mais conhecida delas a Política de Valorização do Ativo Ambiental. O SEBRAE-AC e o IFAC, por sua vez, foram mencionados por seus apoios à ASSC, da RESEX Cazumbá-Iracema.

Em Rondônia, a instituição pública de apoio a negócios comunitários sustentáveis que se destaca é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM-RO). Esse é o órgão responsável pela gestão da RESEX Estadual do Rio Cautário.

As organizações do terceiro setor têm número reduzido em comparação com outras regiões da Amazônia, como o Xingu, por exemplo. Não foram mencionadas instituições de apoio internacionais pelas organizações participantes do DESAFIO CONEXSUS. A única organização desse tipo listada acima, a GIZ, foi inserida devido ao contato que o DESAFIO CONEXSUS teve com o programa CapGestão, de capacitação de técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para lidar com negócios comunitários sustentáveis e que possui uma frente de atuação em Rio Branco, Acre.

Em resumo, no Acre, existe um núcleo de trabalho que envolve associações comunitárias, COOPERFLORESTA, COOPERACRE, ICMBio, SEMA-AC e WWF, focado em fortalecer as organizações comunitárias e seus negócios dentro das RESEXs e das FLONAS. Em Rondônia, existe um grupo formado por ICMBio, SEDAM-RO e Pacto das Águas, que busca avançar no fomento das atividades produtivas sustentáveis dentro da RESEX Estadual do Rio Cautário. Já em relação às organizações indígenas foi possível mapear a atuação das seguintes instituições de apoio FUNAI, KANINDÉ, Pacto das Águas e COMIN.

Ações em parceria local

Como resultado de parcerias entre as organizações comunitárias, e entre elas e as instituições de apoio, o que se verifica no território da Rondônia - Acre é que existem diferenças entre o nível de maturidade institucional das organizações comunitárias do Acre e de Rondônia.

No Acre, devido a uma longa história de políticas públicas voltadas à conservação ambiental e ao fomento da economia da sociobiodiversidade, verifica-se que as populações que habitam ou que extraem recursos naturais das unidades de conservação do estado estão bem organizadas em associações de moradores, extrativistas e agricultores familiares. Além disso, com apoio direto do governo estadual e de organizações do terceiro setor foram formadas pelo menos duas cooperativas de grande relevância para o contexto dos negócios comunitários naquele estado: a COOPERFLORESTA e a COOPERACRE. Essas cooperativas, por sua vez, são parceiras muito importantes de algumas dessas associações, exercendo tanto o papel de comprador dos produtos in natura comercializados por elas quanto a função de acompanhamento e capacitação dos associados.

O contexto das organizações comunitárias e da economia da sociobiodiversidade em Rondônia é bem distinto. As áreas de floresta do estado vêm sofrendo enormemente com a pressão do desmatamento para implantação do agronegócio e existem poucas políticas de incentivo à conservação e às atividades produtivas sustentáveis.

Ambiente regulatório

A seguir, serão apresentados os aspectos do ambiente regulatório da região Rondônia - Acre que são mais determinantes para o desenvolvimento de negócios comunitários sustentáveis em áreas protegidas.

A região Rondônia - Acre possui fontes de recursos reembolsáveis e não reembolsáveis: A fim de incrementar os níveis de faturamento, uma das ações prioritárias é aumentar a capacidade técnica dos processos produtivos das organizações comunitárias, fato que demanda investimentos para a contratação de recursos humanos.

Quem opera as linhas de crédito rural do Pronaf

Na região são, basicamente, BASA e BB. O relacionamento contínuo com as instituições e agentes financeiros é essencial para a concessão de crédito, tendo em vista que intensifica os laços de confiança entre o credor e a organização comunitária. Em Rondônia as agências do BASA estão localizadas em Guajará-Mirim e Ji-Paraná. No Acre as agências do BASA estão localizadas Rio Branco, Xapurí, Brasiléia e Sena Madureira. Existem agências do Banco do Brasil em praticamente todos os municípios do território, que oferecem linhas de crédito rural do Pronaf, porém sabe-se que na realidade os gerentes e operadores de crédito desse banco possuem menor nível de experiência na concessão desses tipos de crédito para organizações comunitárias e muitas vezes colocam empecilhos burocráticos intransponíveis para negócios de base comunitária. O diálogo com o BASA é mais simples, pois existe já um conhecimento acumulado em relação aos possíveis caminhos que devem ser percorridos por esses negócios para acessar as linhas de crédito do Pronaf e os seus funcionários estão buscando colaborar em um processo de adequação das exigências burocráticas às realidades dessas comunidades, no âmbito do Laboratório de Soluções Financeiras da Conexsus.

Fundo Amazônia.

Completo 10 anos em 2018 e tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais. Já foram 113 projetos aprovados de prefeituras, estados, da união, de organizações do terceiro setor, universidades e projetos internacionais. Foram mais de R\$1bilhão desembolsados de um total de R\$3,4bilhões disponíveis. Ou seja, restam mais de R\$2bilhões de saldo remanescente. Portanto, essa é uma fonte de recursos ideal para projetos de fomento aos negócios comunitários sustentáveis em toda a Amazônia, desde que o governo federal volte a permitir a sua operação regular. No Acre e em Rondônia esse fundo representou na última década uma das principais fontes de recursos para desenvolvimento de suas políticas de desenvolvimento sustentável.

Assistência técnica com pouco foco nas cadeias da sociobiodiversidade.

Ressalta-se a necessidade de as ações estatais de assistência técnica e extensão rural estar mais focada na promoção produtiva e comercial dos produtos da sociobiodiversidade. A presença maciça de outras formas de utilização da terra – por exemplo, como a pecuária extensiva e a agricultura convencional – gera uma competição de recursos e pessoal entre os órgãos de apoio ao meio rural, onde é priorizada a ação focada no apoio aos modelos agropecuários. Ao mesmo tempo, a rede de apoio de organizações não-governamentais, institutos e outros agentes é menos complexa e densa se comparada a outros blocos.

Políticas de preço mínimo.

Execução expressiva da PGPM-Bio no Acre. Entre todos os blocos de áreas protegidas analisadas, o bloco Rondônia-Acre é aquele com a maior execução financeira da PGPM-Bio desde janeiro de 2018. Ao todo, quase 600 mil reais foram concedidos pela CONAB a organizações e pessoas físicas, representando importante instrumento para garantir a viabilidade econômica da exploração sustentável de produtos da sociobiodiversidade. No entanto, há de ser ressaltado que o expressivo nível de execução está no Acre, principalmente na cadeia produtiva da borracha. Rondônia, desde o período mencionado, teve uma subvenção total de somente dezenove (19) mil reais.

DAPs jurídicas inativas.

O bloco Rondônia-Acre é marcado por uma conjuntura desfavorável no que diz respeito à posse da DAP jurídica (ver Figura 2). O documento é condicionante não somente à participação de organizações comunitárias em chamadas públicas do PNAE e/ou do PAA, mas também declaração básica para acessar a PGPM-Bio e linhas de crédito do PRONAF. Com efeito, a ausência de DAPs ativas entre as organizações inseridas nas áreas protegidas dificulta o acesso das mesmas a políticas públicas que impactam diretamente na viabilidade econômico-financeira destes empreendimentos coletivos, nos apontando a uma urgente necessidade de conformação e regularização junto ao DAPWEB.

CAEs em funcionamento.

De uma maneira geral, os municípios da região possuem seus conselhos de alimentação válidos junto ao FNDE. Ressalta-se os municípios de Alvorada d'Oeste, Capixaba, Costa Marques, Novo Horizonte e Seringueiras como cidades onde os conselhos estão em estado "diligenciado", o que dificulta a execução da política pública. Como próximo passo, faz-se necessário intensificar a participação civil e o funcionamento dos mesmos para maior harmonia entre as chamadas públicas para alimentação escolar e a base produtiva sustentável da região, bem como retomar as ações necessárias para validação do CAE no caso dos municípios com os conselhos diligenciados.

Cadeias produtivas.

As organizações comunitárias do bloco Rondônia-Acre pautam-se na produção, principalmente, de Castanha do Brasil, Borracha, Mandioca e seus derivados, Pescado e Açaí. Estas são as cadeias com as maiores taxas de participação das associações mapeadas pelo Desafio Conexsus.

Pouca agregação de valor e alguns níveis de faturamento alto.

O bloco de Rondônia-Acre, por sua representatividade expressiva na amostra levantada pelo Desafio Conexsus para a realização deste Plano, possui um faturamento quantitativo expressivo, já que mais de dez organizações foram mapeadas. No entanto, qualitativamente, as faixas de faturamento não são expressivas, pois há a predominância de faixas de faturamento de até 120 mil reais anuais. Concomitantemente, os níveis de agregação de valor permanecem baixos (ver Figura 3), bem como com comercialização prioritária nos municípios (ver Figura 4). O nível de complexidade dos processos produtivos e de agregação de valor é relativamente baixo, com quase todas as associações mapeadas produzindo bens in natura. O baixo nível de agregação de valor implica diretamente em reduzidos níveis de faturamento (ver Figura 5), o que aponta à necessidade de futuras ações de capacitação e aprimoramento técnico para o aumento nos níveis de agregação de valor.

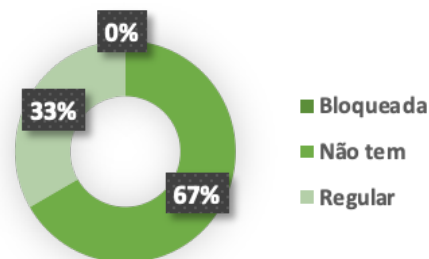


Fig. 2: Situação da DAP Rondônia- Acre.
Fonte: Desafio Conexsus, 2018.

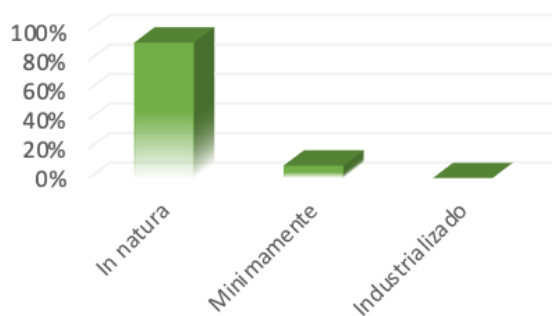


Fig. 3. Nível de beneficiamento
Fonte: Desafio Conexsus, 2018



Fig. 4. Abrangência de Mercado Rondônia-Acre
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

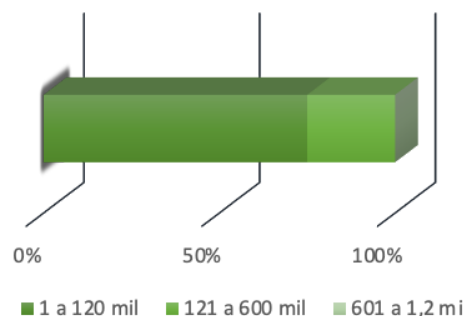


Fig. 5. Faixas de faturamento Rondônia-Acre
Fonte: Desafio Conexsus, 2018

Pouca venda através de mercados institucionais.

Embora os estados de Rondônia e Acre tenham grandes volumes de execução do PNAE e PAA, os negócios comunitários de áreas protegidas possuem grandes dificuldades de acessar os mercados institucionais; somente dois dos dez negócios comunitários mapeadas já venderam neste canal, demonstrando haver necessidades de se aprofundar nos entraves legais (como DAP, regularidade junto às SEFAZes ou adequação fitossanitária) e produtivos (como articulação produtiva e articulação distributiva) que impedem a maior participação (ver Figura 6). Notamos que um claro entrave também é a assimetria entre a base produtiva em áreas protegidas e os produtos pedidos nas chamadas do PNAE, em 2019 (ver Figura 7).

Potencial de consumo e ausência de arranjos de comercialização.

O bloco goza com amplo número de centros urbanos nas adjacências, somando uma população total de mais de seiscentos e trinta (630) mil habitantes ao redor. Isso permite o estabelecimento de cadeias curtas e de nível médio de comercialização – não à toa, predomina a abrangência de mercado de tipo municipal e estadual. Algumas das cadeias prioritárias possuem, também, potencial para serem trabalhadas em cadeias longas de comercialização, especialmente através de arranjos coletivos de venda privada. No entanto, não foi encontrado nenhum arranjo deste tipo que apresente o potencial de inserir os produtos da sociobiodiversidade em nichos de mercado e a preços justos.

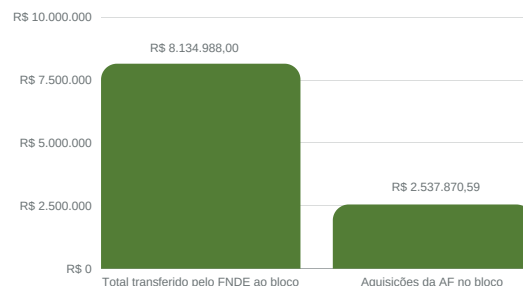


Fig. 6. Recursos do FNDE Rondônia-Acre
Fonte: FNDE, 2017

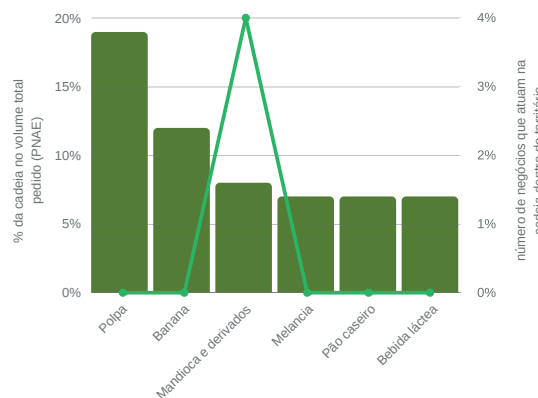
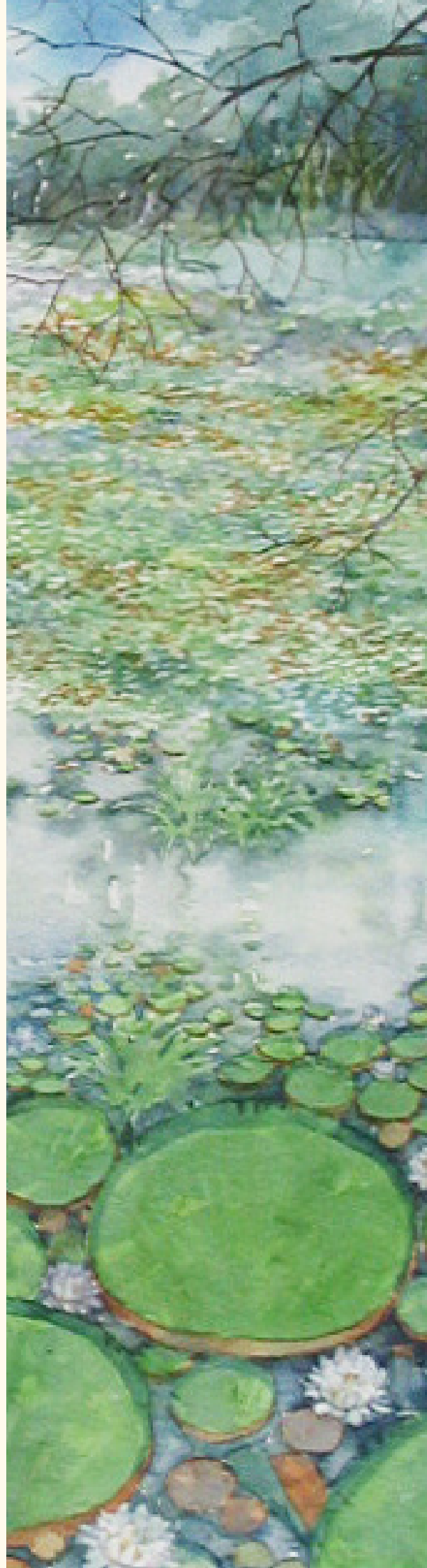


Fig. 7: Sincronia entre itens de maior volume nas chamadas do PNAE (barra) e cadeias predominantes no bloco (linha).
Fonte: SEDUC Pará e SEMUCs de 20 municípios do bloco Rondônia-Acre do Lira, 2019.

Recomendações específicas para o bloco



Análise FOFA para o bloco Rondônia-Acre:



Fraquezas e Ameaças

Rondônia-Acre é um dos blocos do LIRA com a maior diversidade de modelos de uso da terra, contrastando áreas de conservação e de terras indígenas com grandes fazendas de estabelecimentos agropecuários. Embora este Plano seja focado na promoção socioeconômica de organizações comunitárias em áreas protegidas, não se atentar à fiscalização e monitoramento das áreas protegidas representa um iminente risco ao bom funcionamento dos empreendimentos comunitários de finalidade econômica. Ao mesmo tempo, as políticas públicas colocadas à disposição ao território precisam ser melhor apropriadas pelas organizações comunitárias, em especial a PGPM-Bio em Rondônia e o PNAE entre os negócios comunitários em áreas protegidas.

Forças e Oportunidades

A presença expressiva de centros urbanos médios ao redor do território representa oportunidade interessante para a constituição de cadeias curtas de comercialização, e de maior representatividade comercial em termos locais e estaduais. Ressalta-se também o expressivo número de organizações com finalidade econômica, o que facilita a dinamização da produção, distribuição e comercialização de mercadorias. Nesse sentido, ações de modelagem de negócios podem ter um efeito potente de alavancar a maturidade organizacional do ecossistema de organizações no bloco.

Diretrizes e ações estruturantes

AÇÃO

Ações em modelagem de negócios.

DESCRIÇÃO

É crucial que organizações do terceiro setor, instituições públicas, associações e cooperativas envolvam-se em ações de modelagem de negócios. Como recomendado no sumário executivo, isso pode ser feito por meio de programas de modelagem que misturem processos de capacitação presencial e à distância com acompanhamento periódico de consultores, apoiados por material didático e por ferramentas tecnológicas desenvolvidas para o público em questão.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

Pacto das Águas, Kanindé, COMIN, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Construção de ferramentas autoaplicáveis de planejamento e modelagem de negócios. Para tanto, é essencial a sensibilização de lideranças sobre a importância da modelagem de negócios, capacitação de gestores e planejamento a partir da identificação e dimensionamento das oportunidades de comercialização na cadeia inserida.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Dada a predominância de circuitos curtos, é necessário haver uma estruturação do modelo de negócios a partir das oportunidades identificadas no posicionamento nas cadeias agroalimentares locais. Ver, por exemplo, o caso ICV-Conexsus, no âmbito do Negócios pela Terra.

AÇÃO

Efetivação do crédito rural PRONAF, dos fundos públicos e da PGPM-Bio.

DESCRIÇÃO

É essencial que as organizações comunitárias acessem um volume maior de crédito público subvencionado, especialmente o PRONAF, dada a sua atratividade em termos de taxas de juros e períodos de carência. Como fator adicional, a rede de apoio desses negócios comunitários, incluindo tanto as organizações do terceiro setor nacionais e internacionais quanto os agentes públicos gestores dos fundos estaduais FEMA e Fundeflor, poderia desenvolver novos programas de crédito, ainda mais adaptados à realidade das organizações comunitárias do Norte do Pará e das cadeias produtivas presentes na região, repensando temas complexos, como garantias, juros e prazos de devolução. Por fim, mas não menos importante, é necessário que haja um maior acesso à informação sobre a PGPM-Bio, bem como ações efetivas de regularização documental, a fim de dar início à execução da política no território, dada a sua inexequibilidade até então.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

BASA, CONAB, IPÊ, Pacto das Águas, Kanindé, COMIN, com foco de ação em associações e cooperativas.

DIRETRIZES

Ações concretas de educação financeira junto aos cooperados e associados, dispendo diretrizes claras dentro do planejamento estratégico de cooperativas e associações para a resolução de dívidas de seus sócios; articulação com bancos para a construção de planilhas de mensuração de risco para as operações produtivas da sociobiodiversidade; força tarefa para regularização da DAP física e jurídica; estruturação de fundos de aval, bem como instrumentos de recuperação de crédito em cooperativas e associações incapacitadas de contrair crédito por condição de pagador; apresentação de plano de negócio estruturado e viável ao agente financeiro, com o qual deve haver uma relação contínua de confiança.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Liberação do primeiro crédito PRONAF custeio para organização de manejo florestal comunitário e familiar: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/pela-primeira-vez-pronaf-concede-credito-para-manejo-florestal-comunitario>

AÇÃO

Fomento aos instrumentos de compras públicas.

DESCRIÇÃO

É fundamental que organizações comunitárias e instituições de apoio mobilizem suas redes de associados e de apoiadores para pensar em estratégias de advocacy junto aos governos municipais para que os CAEs tenham estrutura e recursos para funcionar como espaço de discussão e deliberação entre professores, pais, nutricionistas e profissionais da rede pública. Ao mesmo tempo, articulações produtivas são essenciais para ser possível o atendimento a chamadas públicas, sem haver a necessidade de recorrer a fornecedores de gêneros alimentícios que não se enquadrem na categoria jurídica da agricultura familiar.

ATOR SOCIAL ENVOLVIDO

Pacto das Águas, Kanindé, COMIN, COOPERACRE, COOPERFLORESTA, FSC, SEMA-AC, SEDAM-RO, Conselhos de Administração Escolar, secretarias de educação e de agricultura. Ao mesmo tempo, associações e cooperativas devem assumir o protagonismo nos conselhos municipais e na formação de alianças produtivas e comerciais locais.

DIRETRIZES

Articulações produtivas em rede entre organizações, a fim de ampliar número de produtos passíveis de serem atendidos nas chamadas públicas; estar em conformidade com os documentos e certidões requeridas nos editais, bem como aos padrões de regularidade fitossanitária; articulação com nutricionistas, responsáveis por licitações, gestores e pais, especialmente através de protagonismo nos CAEs, para maior conformidade entre lista de gêneros alimentícios pedidos e base de produtos produzidos na região.

EXEMPLOS DE AÇÕES CONCRETAS

Mercados verdes e a ampliação da comercialização de organizações da agricultura familiar no PNAE:

https://www.giz.de/en/downloads/Mercados_Verdes_BMZ_PT_Brasil.PDF

SIGLAS

A

ABRIC – Associação Baniwa do Rio Içana e Cuiari
ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas
ACOMTAGS – Associação das Comunidades do Trombetas e Área da Gleba Sapucá
ACOSAMA – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá
ACPLASA – Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Médio Lago Sapucá
AERIM – Associação dos Extrativistas Rio Iriri-Maribel
AIPHX – Associação Indígena Pyjahyry Xipaya
AGUAPÉ – Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
AMABES – Associação de Moradores Agroextrativista da Comunidade de Boa Esperança
AMALCG – Associação de Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande
AMARI – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi
AMARJUMA – Associação dos Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
AMOMEX – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Médio Xingu
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Assis Brasil
AMOPREMA – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Sena Madureira
AMOPREX – Associação dos Moradores e Produtores da Resex Extrativista Chico Mendes em Xapuri
AMORA – Associação de Moradores da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio
AMORERI – Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri
AP – Área Protegida
APADRIT – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
APAJ – Associação dos Produtores de Açaí e Juçara
APIM – Associação dos Povos Indígenas Mapuera
APITC – Associação dos Produtores Indígenas da Terra Caititu
ARPA – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
ARSX – Associação Redes de Sementes do Xingu
ASAEX – Associação dos Seringueiros Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto
ASMACARU – Associação dos Moradores Agroextrativista das Comunidades do Rio Paru
ASMIPPS – Associação dos Micros e Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade Repartimento dos Pilões
ASPAC – Associação dos Produtores Agroextrativistas de Canutama
ASPACS – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Colônia do Sardinha
ASROP – Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto
ASSC – Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá
ASSIZA – Associação Indígena Zavidjaj Djiguhr
ATAMP – Associação dos Trabalhadores Agroextrativista do Médio Purus
ATIX – Associação Terra Indígena Xingu
B
BASA – Banco da Amazônia
BB – Banco do Brasil
C
CAE – Conselho de Alimentação Escolar
CAZUMBÁ – Associação Cazumbá
CEMAAM – Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas
CGPH – Conselho Geral do Povo Hexakaryana
CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONEXSUS – Instituto Conexões Sustentáveis
COOBAY – Ba-Y Cooperativa Kayapó de Produtos da Floresta de Tucumã
COOMARU – Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini
COOPAFLORA – Cooperativa Geral do Norte do Pará
COOPEMA – Cooperativa dos Produtores Agropecuários e Extrativistas dos Recursos Naturais do Município de Manicoré
COOPERAR – Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus
COOPERFLORESTA – Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários
COOPMAS – Cooperativa Mista do Produtores Agroextrativista do Sardinha
COVEMA – Cooperativa Verde de Manicoré
CPZ05 DE CANUTAMA – Colônia de Pescadores Z-05 de Canutama
D
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

E

EDF – Environmental Defense Fund
EMATER-AC – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
EMATER-PA – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
EMATER-RO – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia
EMPAER-MT – Empresa Matogrossense de Pesquisa e Extensão Rural
F
FAM – Fundação Almerinda Malaquias
FAS – Fundação Amazonas Sustentável
FEMA-AM – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Amazonas
FEMAM-MT – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Mato Grosso
FEMA-PA – Fundo Estadual do Meio Ambiente do Pará
FEMUCS – Fundo Estadual de Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
FLONA – Floresta Nacional
FLOTA – Floresta Estadual
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDEFLORE – Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal
FVA – Fundação Vitória Amazônica
FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar
I
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICFC – International Conservation Fund of Canadá
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas
IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal da Biodiversidade do Estado do Pará
IDESAM – Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IMAFLORE – Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IPE – Instituto de Pesquisas Ecológicas
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA – Instituto Socioambiental
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza
L
LIRA – Legado Integrado da Região Amazônica
N
NCS – Negócio Comunitário Sustentável
NESA – Norte Energia S.A.
O
OIBI – Associação Indígena da Bacia do Içana
ORMM – Observatório da Região Metropolitana de Manaus
P
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PAREST – Parque Estadual
PARNA – Parque Nacional
PBA-CI – Plano Básico Ambiental Componente Indígena
PDRSX – Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu
PGPM-Bio – Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
R
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
S
SEAF-MT – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria Estadual da Fazenda
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Amazonas
SFB – Serviço Florestal Brasileiro
T
TI – Terra Indígena
U
UC – Unidade de Conservação
UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA – Universidade Federal do Pará

Acompanhe as ações do LIRA nas redes sociais do IPÊ



Twitter

@InstitutoIPE



Facebook

@ipe.instituto.pesquisas.ecologicas



Instagram

@institutoipe

Fale com a gente

Email

lira.edital@ipe.org.br



Realização:



Apoio:

